

AVISO SOBRE A PROTECÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DOS BENEFICIÁRIOS

O serviço "Accompagnement et Coaching pour le Travail" (doravante designado por serviço ACT), gerido pela associação sem fins lucrativos "Inter-Actions Asbl", compromete-se a respeitar o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (o "RGPD"). O serviço ACT assegurará a proteção de todos os seus dados pessoais, de acordo com os princípios estabelecidos, no âmbito do mandato de colaboração.

1. Finalidades e base jurídica do tratamento

Os dados pessoais serão utilizados para fins administrativos e para gerir o mandato de colaboração durante toda a duração da relação contratual.

Isto inclui o processamento de dados pessoais para os seguintes fins:

- Gerir a sua candidatura: O serviço ACT analisa a sua situação para lhe prestar uma assistência adaptada às suas necessidades específicas;
- Gestão da permanência social: O serviço ACT elabora um plano adaptado à sua situação e ajuda-o na sua integração social e profissional;
- Gestão da formação: O serviço ACT oferece cursos de formação aos beneficiários do Revis, destinados a promover uma integração socioprofissional bem sucedida e a ajudá-lo a realizar todo o seu potencial. Estes cursos destinam-se a ajudá-lo a desenvolver as suas competências, a definir os seus objectivos profissionais e a preparar-se para a procura de emprego;
- Gestão de projectos sociais da Polygone: O serviço da ACT, em colaboração com a ADEM e a Polygone, oferece um programa destinado a candidatos a emprego, com formação prática em áreas como a manutenção de espaços verdes, a demolição e limpeza de edifícios e a instalação de edifícios modulares.

Em determinadas situações, o tratamento dos seus dados pessoais basear-se-á no seu consentimento explícito, por exemplo, no caso de inquéritos sociais destinados a avaliar a sua satisfação com os serviços oferecidos pelo serviço ACT.

Além disso, certas operações de tratamento podem também basear-se nos interesses legítimos prosseguidos pelo serviço ACT, nomeadamente no que se refere à garantia de um apoio social e profissional adequado. Neste contexto, os seus dados podem ser partilhados com terceiros, incluindo organismos estatais, associações e serviços sociais.

2. Tipos de dados tratados

A maior parte das informações será fornecida pelo utilizador, mas algumas poderão provir de outras fontes externas (por exemplo, organismos governamentais).

Dependendo da finalidade da recolha de dados, podemos recolher os seguintes dados:

Categorias de dados	Tipo de dados
Dados de identificação	Apelido Nome próprio Data e local de nascimento Nacionalidade Número de identificação nacional Endereço postal
Dados de contacto	Endereço de correio eletrónico Número de telefone

Dados de localização	Endereço postal País de residência
Dados sobre o comportamento e a vida pessoal	Nível de educação Composição do agregado familiar
Dados profissionais	História profissional Estágio Avisos Pedidos
Dados sensíveis	Estado de saúde

O serviço ACT pode recolher informações relativas ao seu estado de saúde quando tal for necessário para a sua assistência social, no âmbito da sua inscrição no serviço. Estes dados podem ser recolhidos em várias situações, como para avaliar a sua elegibilidade para uma ajuda específica, para planear o seu percurso de integração social e profissional tendo em conta as suas condições de saúde ou para estabelecer medidas de apoio personalizadas. Pode também ser necessário adaptar a oferta de formação às suas necessidades específicas, garantindo assim uma integração socioprofissional bem sucedida.

3. **Destinatário dos dados pessoais**

Dependendo das finalidades para as quais os dados serão utilizados, as seguintes pessoas podem ter acesso aos seus dados pessoais:

- Pessoal do serviço ACT: Facilitar a sua integração social e profissional, oferecendo-lhe um serviço de acompanhamento social orientado para o seu desenvolvimento profissional.
- Organismos públicos, associações e serviços sociais: Para o ajudar na sua integração social e profissional;
- O responsável pela proteção de dados (RPD): No caso de uma pessoa em causa solicitar os seus direitos.

4. **Período de conservação dos dados**

O serviço ACT compromete-se a conservar os dados pessoais apenas durante o tempo estritamente necessário para atingir os objectivos para os quais foram recolhidos. Em termos concretos, isto significa que as suas informações serão conservadas durante o período de vigência do mandato de colaboração e, o mais tardar, 5 anos após o termo da relação contratual, exceto se a Inter-Actions estiver sujeita a uma obrigação legal de conservar os dados durante um período mais longo.

5. **Medidas de segurança**

O serviço ACT compromete-se a aplicar medidas técnicas para garantir a segurança dos seus dados pessoais. Asseguramos que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais recebidos se comprometeram a respeitar a confidencialidade ou estão sujeitas a uma obrigação legal de confidencialidade adequada. Esta obrigação de confidencialidade mantém-se válida após o termo do contrato.

Ao avaliar o nível de segurança adequado, temos em devida conta o estado da técnica, os custos de implementação, a natureza, o âmbito, o contexto e a finalidade do tratamento e o risco para as pessoas em causa.

6. **Direitos dos beneficiários**

Enquanto indivíduo, o utilizador tem uma série de direitos em relação aos seus dados pessoais, nomeadamente:

- **Direito de acesso:** O utilizador pode solicitar, a qualquer momento, o acesso aos seus dados pessoais, bem como uma cópia dos mesmos;
- **Direito de retificação dos dados:** O utilizador pode solicitar a qualquer momento a retificação de dados inexactos ou incompletos;
- **O direito ao apagamento dos dados pessoais:** O utilizador pode solicitar que os seus dados sejam apagados se, por exemplo, os dados já não forem necessários para os fins para que foram recolhidos ou tratados;
- **O direito de restringir o tratamento:** A possibilidade de solicitar a restrição do tratamento dos dados (por exemplo, se questionar a exatidão dos dados que lhe dizem respeito ou se se opuser ao tratamento dos dados que lhe dizem respeito);
- **O direito à portabilidade:** A possibilidade de transferir os seus dados para outro responsável pelo tratamento num formato estruturado, de uso corrente e de leitura ótica, se o tratamento for efectuado por meios automatizados ou se se basear no consentimento prévio;
- **O direito de se opor ao tratamento:** Pode opor-se ao tratamento dos seus dados e retirar o seu consentimento, se o tratamento se basear no consentimento.

Para exercer estes direitos, o beneficiário é convidado a contactar o responsável pela proteção de dados (RPD) em dpo@i-a.lu.

Todos os pedidos serão tratados pelo RPD no prazo de um mês, após verificação da identidade do requerente, se necessário. Este prazo pode ser prorrogado por mais 2 meses se o seu pedido for complexo ou se houver um grande número de pedidos. Os pedidos serão aceites dentro dos limites previstos na lei, nomeadamente nos artigos 15º a 23º do RGPD.

Se não ficar satisfeito com a nossa resposta, tem também o direito de apresentar uma queixa em qualquer altura à Commission nationale pour la protection des données ("CNPD"), a autoridade de controlo luxemburguesa para a proteção de dados, ou a qualquer outra autoridade de controlo competente num Estado-Membro da UE.

7. Actualizações do anúncio

Revemos regularmente este aviso e podemos alterar, adicionar ou remover partes deste documento em qualquer altura. Os beneficiários serão notificados de quaisquer alterações antes de estas entrarem em vigor.

Feito no Luxemburgo,

Nome do beneficiário / Nome dos pais / Nome do tutor legal:

Assinatura precedida da menção "Lido e aprovado":